



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO DE PROTESTO

VOTO DE PROTESTO ao pedido de Impeachment da Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

Na última semana, um grupo de 15 senadores bolsonaristas protocolou um pedido absurdo de Impeachment da Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara, sob a frágil alegação de que o Ministério não respondeu a questionamentos dos Parlamentares dentro do prazo. A lista de signatários do pedido evidencia que a questão é prejudicar os esforços realizados pelo Governo Lula em enfrentar os ataques sofridos pelos povos originários e é a expressão do atraso, do conservadorismo e da defesa de interesses privados de ruralistas e garimpeiros ilegais:

- Marcos Pontes (PL-SP);
- Damares Alves (Republicanos-DF);
- Magno Malta (PL-ES);
- Marcos Rogério (PL-RO);
- Mecias de Jesus (Republicanos-RR);
- Hamilton Mourão (Republicanos-RS);
- Rogério Marinho (PL-RN)
- Ciro Nogueira (PP-PI)
- Tereza Cristina (PP-MS);
- Jorge Seif (PL-SC);
- Plínio Valério (PSDB-AM);
- Eduardo Girão (Novo-CE);
- Luis Carlos Heinze (PP-RS);
- Carlos Portinho (PL-RJ);
- Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

(<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/oposicao-aciona-pgr-por-impeachment-de-ministra-de-lula>)

É importante demonstrar que, apesar das dificuldades, o Governo Lula conseguiu avanços significativos na defesa dos territórios indígenas em comparação com o desgoverno anterior.

Enquanto Bolsonaro não demarcou nenhuma terra indígena, só em 2023 foram





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

demarcados 8 territórios pelo Governo Federal. A previsão, para 2023, é de demarcar mais 23 territórios (<https://www.cartacapital.com.br/politica/nenhum-centimetro-de-terra-indigena-com-o-o-governo-bolsonaro-agiu-para-cumprir-promessa/>, <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/29/governo-demarca-8-de-14-terras-indigenas-reivindicadas-em-2023-e-recebe-cobranca-somos-parceiros-nao-submissos-diz-apib>, <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-lula-pode-demarcar-17-milhao-de-hectares-de-terras-indigenas-em-2024/>).

Vale dizer, também, que durante o governo Bolsonaro, a área de garimpo ilegal em territórios indígenas cresceu 265%. Mas, só em 2023, o Governo Federal conseguiu reduzir 80% da área de garimpo ilegal no território Yanomami (<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/09/22/garimpo-em-areas-protegidas-cresceu-90-na-gestao-bolsonaro-diz-mapbiomas.htm>, <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/15/terra-indigena-yanomami-tem-queda-de-80-nas-areas-atingidas-por-garimpo-ilegal-diz-ministerio-da-defesa>).

Mas, mais reduzir a área de garimpo ilegal, o Governo Federal mexeu onde dói mais para os “empresários” que representam o atraso: no bolso. Só em ações na Amazônia, o garimpo ilegal teve um prejuízo de mais 1 bilhão de reais com a apreensão e a destruição de equipamentos (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2023/09/28/garimpo-ilegal-tem-prejuizo-de-r-1-bilhao-com-acoes-na-amazonia-diz-ibama.htm>).

Além disso, as ações empreendidas pelo governo garantiram uma redução histórica no desmatamento em terras indígenas apenas em 2023, com uma diminuição de mais de 57%, registrando a maior queda nesse índice desde 2008 (<https://midianinja.org/news/terras-indigenas-tem-reducao-de-mais-de-50-no-desmatamento-em-2023/>).

É sabido que a melhora nos indicadores e as políticas públicas adotadas ainda são insuficientes para garantir o direito a terra e a vida dos povos originários brasileiros. Mas, em comparação com o processo de destruição que foi empreendido pelos governos desde o golpe de 2016, tivemos um avanço considerável.

E é por conta desse avanço, dessa garantia de direitos e desse enfrentamento à ocupação ilegal e a subtração de bens naturais por criminosos que as senadoras e senadores bolsonaristas pedem a saída de Sônia Guajajara do Ministério dos Povos Indígenas.

Neste sentido, **requeremos**, ouvido o douto plenário, a aprovação desse **voto de protesto** contra o pedido de impeachment da Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

1) Arthur Lira - Presidente Câmara dos Deputados

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 12 de março de 2024.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 350031003200350031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.